



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0006005-67.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **EDUARDO RODRIGUES SIMÕES- desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **Comercial de Moveis Regolao Limitada - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). OSNEY WILLIANS TAGLIALATELA REGOLÃO, Desacompanhado de advogado.**

Aos 29 de julho de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **Conciliador(a)**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) devolverá o valor da quantia paga, ou seja, R\$ 700,00, mediante depósito bancário na conta corrente do autor nº 0025892-0, agência 0307, Banco Bradesco S/A, em nome de Eduardo Rodrigues Simões -ME, no dia 03/08/2015. O requerido se compromete ainda a retirar na residência do autor o móvel, objeto da ação, também no dia 03/08/2015. O não cumprimento do acordo implicará em uma multa de 10% sobre o valor da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_ Regina Celia Brigante Marchezin, Chefe de Seção Judiciário, digitei.*

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

**Conciliador: DRA. ELIANA CRISTINA DOS SANTOS FARCIC**

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA